

ECOS DE RESSENTIMENTOS E IMPOTÊNCIA O PERDÃO NOS ANOS 30, UM PASSEIO EM RAÍZES DO BRASIL

GISELLY REZENDE VIEIRA *

Resumo: Buscamos discutir questões relevantes tanto no âmbito teórico-metodológico, quanto no âmbito temático, apropriando-nos da ideia de ressentimentos e da teoria psicanalítica, para demonstrar o enlace profícuo entre história e literatura e história e psicologia, atravessando as fronteiras entre as ciências humanas ao desviar o olhar para os mecanismos psicológicos e sociais que regem as formas de interação entre os indivíduos e o ambiente que os cerca. De tal modo, propomos a leitura que percebe a obra *Raízes do Brasil* como ensaio que manifesta ressentimentos de determinado grupo dentro do contexto histórico pós Revolução de 1930 e de institucionalização do modernismo.

PALAVRAS-CHAVE: *História, Ressentimentos, Geração de 1930*

Abstract: We discuss relevant issues both in the theoretical and methodological framework, as in thematic scope, seizing on the idea of resentments and psychoanalytic theory to demonstrate the fruitful link between history and literature and history and psychology, crossing the boundaries between the humanities look away for psychological and social mechanisms that govern the forms of interaction between individuals and their surroundings. So, I suggest reading that sees the *Roots of Brazil* work as essay that expresses resentment of a particular group within the historical context of the post 1930 Revolution and the institutionalization of modernism.

Keywords: *History, resentment, Generation 1930*

Artigo recebido em 16 de Novembro de 2013 e aprovado para publicação em 11 de Fevereiro de 2014.

* Mestranda em História Social das relações políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

E-mail: gisellyrezendevieira@gmail.com.

INTRODUÇÃO:

Consideramos artesanal o ofício do historiador e sua prática investigativa. De tal modo, propomos nesse artigo a leitura que percebe a obra *Raízes do Brasil* como ensaio que manifesta ressentimentos de determinado grupo dentro do contexto histórico pós Revolução de 1930 e de institucionalização do modernismo, que buscava compreender a modernidade precoce.

Assim, seguiremos indícios que podem ser lidos como sintomas sociais. Defendemos ainda o ponto de vista de que o historiador pode ser visto como um decifrador de sintomas. Carlo Ginzburg (2002: 67) nos alerta para a necessidade de maior precisão do método nas pesquisas documentais, sobretudo, quando se trata de narrativas escritas. Também indica a perspectiva metodológica que se orienta a partir do menos, estreitando o escopo de nossa investigação.

Revel (1998:129), seguindo as considerações de Ginzburg (2002), apresenta o recurso da microanálise. Em primeiro lugar, entendida como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito: o de uma história que desde a origem se inscreveu, explícita ou implicitamente, num espaço “macro”. Em contrapartida, o trabalho micro analítico propõe a técnica intensiva da reconstituição total de um retalho do tecido social. Ou seja, não há realidade pessoal que não seja social, nem há coletividade fora de sua encarnação nas pessoas. Logo, não é mais possível entender o sujeito fora da sua dupla dimensão: individual e coletiva. A dimensão individual que se expressa indiretamente, de forma latente, na ação coletiva não deve ser descartada na análise da realidade histórico-social. Os indivíduos são sacudidos por conflitos ambivalentes em suas emoções que, nos momentos de sobriedade (consciente), não compreendem. Procuram reduzir suas tensões por meio de estratégias defensivas, em geral inconscientes, ressalta Barros (2008: 71). Carlo Ginzburg (1988: 73) reforça o argumento de que a história é uma forma de investigar. Quando definido o campo onde se realiza a investigação (o território), o pesquisador- tecelão busca os indícios de um padrão que (re)une as informações numa interpretação que encontra seu significado no contexto teórico que sustenta pela urdidura dos fios. A consciência da teia revelada no trabalho do pesquisador é verificável percorrendo-se o tapete com os olhos em várias direções. O tapete seria o paradigma que a cada vez é usado e conforme o contexto denomina-se venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.

Ginzburg (2002: 13–45) introduz a discussão da tensão entre retórica e prova e busca demonstrar que as provas visíveis e palpáveis não são as únicas possíveis de serem averiguadas pela narrativa histórica. Haveria indícios mudos, também, palpáveis de

averiguação. Barros (2008: 75) indica que a máxima lacaniana é apropriada neste momento, porque vai ao encontro da argumentação sustentada por Ginzburg: a necessidade de pensar critérios fora da herança positivista. Nessa direção, devemos perceber que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que o condicionam.

Assim, em relação ao devir histórico, validamos a perspectiva que entende ser indispensável considerar a dimensão subjetiva das emoções inconscientes na interpretação das contradições e a ambivalência das ações humanas. Sobretudo, aos estudos do político, a psicanálise pode servir de teorização da relação do sujeito com o mundo. E, aos estudos históricos que se dedicam à aplicação de métodos que coincidam com tendências de análise de conteúdo, as teorias da linguística e as técnicas da comunicação podem indicar interpretações mais sensíveis e que não tenham aversão a uma história que propõe partir do indivíduo.

Ressaltamos que, no cerne da metodologia micro analítica, encontra-se efetivamente o indivíduo. No entanto, sua centralidade é instrumental, indica Revel (1998). O indivíduo é importante enquanto lugar dessa atividade intensa e especificamente humana de leitura, de interpretação e de construção do “real”. Essa atividade é ao mesmo tempo individual e social. Individual porque é marcada pela percepção limitada e particular de cada ator social. Social porque se desenvolve por meio da interação e da negociação com um meio.

Mais uma vez, indicamos que nossa proposta consiste em um exame contextual, que percebe a época, o meio e a ambiência como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a lógica do texto. Para Levi (1996: 175), trata-se de interpretar as fontes escritas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, reconstrua a superfície social do *locus* em que se desenvolveu a revolução de 1930 e a constituição do Estado Novo em 1937.

Desse modo, intentamos por uma antropologia interpretativa, conforme orienta Levi (1996: 177), ou uma hermenêutica crítica dos discursos conforme indica Ricouer (1990) – que consistem em recolocar as significações dos indivíduos e grupos em contextos históricos e sociais explicáveis. Assim, conforme enfatiza Todorov (1973: 209 – 253), estudaremos a literalidade e não a literatura. Estudaremos não a obra, mas as virtualidades do discurso literário, que o tornaram possível: é assim que os estudos literários poderão tornar-se uma ciência da literatura.

Por uma dupla leitura de *Raízes do Brasil*

Em seu primeiro módulo, a disciplina *História e historiografia das representações políticas*¹ desenvolveu a proposta de pensar obras clássicas da historiografia brasileira do século XX, percebendo-as como objeto histórico e aporte teórico de pesquisas. Ressaltamos que as obras utilizadas neste módulo são textos que fazem referência uns aos outros, ou seja, esses autores estão projetando, num lugar/ espaço e tempo, um pensamento intelectual – a cultura universitária. São textos capazes de informar o tipo de pensamento intelectual brasileiro do século XX. O objetivo ao adentrarmos estas obras foi pensar os tratamentos dados por esses intelectuais a um mesmo problema, verificando uma linha de pensamento que evolui. Foram analisadas *Raízes do Brasil, Casa Grande & senzala, Sobrados e mucambos, Formação do Brasil contemporâneo, Circuito fechado*. Sem dúvida, o exame histórico dessas obras deve observar as duas camadas de leituras. E justificamos essa trajetória pela dissertação de mestrado que almejamos desenvolver. Nela, pretendemos refletir sobre os Diários do Presidente Getúlio Vargas, sobretudo, percebendo-os como fontes históricas capazes de evidenciar ações e relações entre indivíduo e sociedade, estabelecidas durante a década de 1930. Analisamos estes textos enquanto documentos da época, encarando-os na sua própria historicidade. Especialmente, nos interessa o problema dos ressentimentos na década de 1930 no Brasil.

Portanto, pretendemos abordar o termo *geração ressentida* em seu sentido categórico literário, conforme proposta de Roberto Vecchi (2004: 460).¹ O autor pensa por geração ressentida os intelectuais que se posicionaram em narrativas literárias às margens da postura modernista. Trata-se de narrativas que, de alguma forma, fazem uma crítica contundente ao modelo e aos valores da civilização técnica industrial que se afirmara após a ruptura de 1888 – 1889, responsável por desencadear, como diria Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, a nossa revolução.

Logo, escolhemos olhar o ensaio de Sérgio Buarque de Holanda como fonte reveladora da ambiência e maneiras de agir e pensar historicamente durante os anos 30 no Brasil.

Há, então, o interesse pelo indivíduo, suas reações íntimas, suas contradições abertas ou encobertas, que revelam uma teia de relações entre os indivíduos e os grupos, como sugere Jacques Revel (1998: 129), segundo o conhecimento e análise das fontes. E, em conformidade com as pesquisas historiográficas atuais, arriscamos fugir da história única,

¹ Disciplina ministrada pelo Professor Doutor Thiago Nicodemos, no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em História, da Universidade Federal do Espírito Santo, no curso de Mestrado em História social das relações políticas.

criadora de estereótipos, desviando o interesse para as histórias dos conflitos, das incoerências e das ambiguidades que são os ressentimentos.

Nossas considerações inserem-se no interior das percepções operadas por Pierre Ansart (2004: 15-36), que concebe a ideia de pluralidade de sentimentos para a formação dos ressentimentos, sugerida na leitura de Nietzsche (2006) e Scheler (1994) em que predominam o ódio e o desejo de vingança. Deste modo, se faz justificada a utilização neste trabalho do termo ressentimentos, no plural. Além desta conformidade, lembramos as considerações de Arendt (2001: 301) sobre a impotência do perdão como peça fundamental na duração dos ressentimentos. Ansart percebe a presença de intensidades variáveis e graduais de ressentimentos.

O autor distingue, portanto, três níveis de intensidade, influenciado pela leitura de Freud (1932: 391–401) e suas considerações sobre o ciúme. Para Pierre Ansart (2004: 17), tais considerações podem ser aplicadas às situações concretas de ressentimentos. Foi Freud (1932: 393) quem, primeiramente, se referiu a ciúme comum, sendo todos nós portadores; um segundo nível, o ciúme “constituído”, que levaria a uma rivalidade e seria passível de tratamento; e, por fim, o terceiro nível seria o ciúme “delirante” que levaria ao suicídio.

Interessados na superfície social dentro da qual esses casos acontecem, acreditamos, conforme Giovanni Levi (1996: 176), que uma vida ou um grupo podem ser compreendidos através dos desvios, ressentimentos, conflitos e efeitos que acontecem em contextos que os justificam.

Assim, utilizamos a *Raízes do Brasil e Sobrados e mucambos* como fontes capazes de elucidar um período impar da história republicana brasileira. Produto de ressentimentos. Como afirma o autor: “trouxemos de terras estranhas um sistema completo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam à vida brasileira” (HOLANDA, 1995: 121). Nossa reflexão perpassa pela ideia de que o recorte temporal em exame equivale a um período de intensa transformação, de busca e reencontro com uma identidade nacional, de construção e procura no passado da representação de nação brasileira e ajuste cultural entre a experiência colonial e a recém-nascida república brasileira. Almejamos construir um texto que toque o chão histórico do período em análise, ou seja, que reconstitua o pensamento desta geração. Nessa tentativa, iniciamos com as considerações de Vecchi (2004: 457–469) a respeito de *Raízes do Brasil*:

[...] é pela década de 30, particularmente por uma obra que marca um trânsito importante pelo menos na apreensão da formação do país, isto é *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Livro fundamentalmente de metáforas, texto fundador, pela ideia seminal de formação que define e aprofunda, da tradição crítica fundamental do século encerrado, *Raízes* é um marco divisório que se recorta,

justamente. A partir da confluência das duas tradições, a da modernidade precoce e a do modernismo, que tiveram – como tentamos mostrar – um posicionamento próprio no que diz respeito ao recurso ao ressentimento na formação de estéticas e sensibilidades sentidas como modernas. (VECCHI, 2004: 465)

Portanto, *Raízes do Brasil* apresenta-se como miríade do passado, ensaio que versa sobre o legado colonial. O fio condutor é a modernidade, ao projetarem o futuro, e a ideia de resquícios coloniais, em relação às práticas sociais herdadas dos tempos de colônia. O autor problematiza as mudanças e permanências que levam à modernização brasileira, a transposição do eixo dinâmico da economia agroexportadora para o setor urbano industrial. E também investiga a origem da nação, a mescla que se deu. O híbrido. O brasileiro que retorna ao passado em busca de respostas feitas no presente. O dilema é atual e a resposta antiga.

A essas inestimáveis vantagens acrescenta-se ainda, em favor dos portugueses, a já aludida, neles, de qualquer orgulho de raça. Em resultado de tudo isso, a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical não constituiu, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua. (HOLANDA, 1995: 66)

Torna-se fundamental a reflexão sobre este ensaio, percebendo-o como fonte reveladora, capaz de exprimir a mentalidade de uma geração, repleta de radicalismo intelectual. Em um ambiente turbulento, pós “revolução de 1930” à instalação do Estado Novo em 1937, trata-se de um contexto histórico entre guerras, de crise, do avanço do fascismo e do socialismo, de desafios para o progresso e industrialização. Logo, versaremos sobre o posicionamento do autor frente a este período em que não podemos falar em unificação. Aqui, vale ressaltarmos o importante estudo de Marilena Chauí (1986) sobre a sociedade brasileira de então. Segundo esta autora, as duas classes fundamentais da sociedade e do período eram a burguesia e proletariado, porém, no caso brasileiro, não se encontravam plenamente constituídas. Alcir Lenharo (1986) confirma a tese levantada por Chauí e acrescenta que no interior da classe dominante nenhuma de suas frações era portadora de um projeto universalizante em condições de legitimar sua hegemonia social e política.

Sobretudo, buscamos ponderar em relação às formas de compreensão e representação ressentidas quando esta geração vê-se frente ao moderno. Holanda (1995) utiliza os “contrários”, os antônimos, que indicam dupla perspectiva. As oposições. A polaridade de seu ensaio não pretende denegrir uma face em relação à outra, pelo contrário, o ensaio comporta dois polos e dupla perspectiva. O passado e presente, além da projeção do futuro. O autor acolhe as oposições e metáforas por acreditar que *Raízes do Brasil* se constitui por um movimento de contraponto.

Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos e imaginações para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é uma força normativa, salvo onde servir à vida social e onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores das sociedades devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. (HOLANDA, 1995: 161)

Assim, a rivalidade, as oposições e os contrários deste ensaio obrigam ao pesquisador uma análise interna, buscando verificar a lógica do texto e outra, externa, que verifica o contexto em que foram escritas. A partir dessas leituras, identificamos um texto que versa sobre o legado ibérico, o ruralismo, o homem cordial e a apropriação privada do Estado. Nessa leitura, os resquícios coloniais são vistos como obstáculo. Na outra leitura, atenta ao contexto, percebe um autor politicamente ativo com posições de “esquerda”, legítimas no embate eleitoral pelo voto direto e a luta pela cidadania. Mais além, Antônio Candido (1995) observou a atualidade do ensaio quanto à vida política do país na década de 1930. Antônio Candido (1995: 23–24) ressalta “do radicalismo potencial” e da “mensagem política” entrelaçada ao jogo da metodologia dos contrários.

Geração Intelectual ressentida?

Acreditamos que *Raízes do Brasil* fornece indicações elementares para compreender certas posições e debates historiográficos do período que pretendemos estudar – contexto dominado pela descrença no liberalismo tradicional e de busca por soluções novas para velhos problemas, seja à direita ou à esquerda. Os ressentimentos ao velho e transplantações de outras elaborações engenhosas ficam evidentes na obra: “Se no terreno político e social os princípios do liberalismo têm sido inútil e onerosa, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade” (HOLANDA, 1995: 188).

Sobre o liberalismo, o autor sentencia suas possibilidades de encaixe e a falsa sensação de naturalidade:

Com efeito, no liberalismo, a ideia da bondade natural do homem é simples argumento; seria ilusório supor que tal convicção repouse em alguma simpatia particular pelo gênero humano, considerando no conjunto ou em cada um dos seus indivíduos. Trata-se de uma teoria essencialmente neutra, despida de emotividade e que se enquadra facilmente em fórmulas. (HOLANDA, 1995: 185)

Deste modo, escolhemos, para melhor compreensão do autor e da obra, aproximá-la da obra *Sobrados e Mucambos*². Entendemos que os dois ensaios preocupam-se com a herança e trabalham o efeito do período colonial, a predominância, a permanência e as adaptações de algumas características. E, também, por entendermos que a montagem proposta da formação da nação brasileira a partir de aspectos da colônia são bem parecidos. Isto indica que os autores estavam em diálogo e frequentavam os mesmos círculos de socialidade. A palavra chave de futuro para esses historiadores é modernização. Essa geração pretende um diagnóstico do presente e, para tanto, retorna ao passado colonial para conhecer-se, observando, sobretudo, o problema da modernidade futura, pois essa geração acredita que a modernidade, como processo histórico, ainda não está dada, ela se propõe para o futuro.

Observamos que enquanto *Casa Grande & Senzala* preocupa-se com o período colonial em si, em *Sobrados e mucambos*, Freire (2006: 673–746) introduz personagens e espaços urbanos, por isso a escolha desta obra em especial. Ressaltamos que estes novos personagens invadem a velha Casa Grande em decadência: são as hipotecas, os bancos e os filhos e genros bacharéis. “As cidades tomaram das fazendas e dos engenhos esses filhos mais ilustres” (FREYRE, 2006: 737), observa o autor.

Os engenhos, lugares santos donde outrora ninguém se aproximava senão na ponta dos pés e para pedir alguma coisa – pedir asilo, pedir voto, pedir moça em casamento, pedir esmola para festa e igreja, pedir comida, pedir um copo de água para beber – deram para ser invadidos por agentes de cobrança, representantes de uma instituição arrogante da cidade – o banco [...]. (FREYRE, 2006: 736)

Nesse sentido, as duas obras preocupam-se com a construção da nação brasileira. Porém, pensam o mesmo problema de formas diferentes, enquanto Holanda versa que os resquícios coloniais atrasam a modernização, e trabalha a ideia de ruptura em sua tese; Gilberto Freire nos dá a ideia de amálgama entre a modernidade pretendida e os resquícios da colônia, sua tese considera que mesmo contendo mazelas, há, também, potencialidades. (FREYRE, 2006: 677)

O método empregado pelos autores estudados nos permite considerações frutíferas sobre a trajetória da historiografia brasileira. Sobretudo, podemos propor que estas obras indicam uma mudança de perspectiva em relação à historiografia tradicional. O que nos induz a relacionar a geração intelectual de 1930 com a ideia de mudança, ou, pelo menos, com a proposta de problematizar o velho. Então, os dois autores advogam a interdisciplinaridade e negam as barreiras absolutas entre as ciências. Freire (2006: 677) traz critérios de estudo psicossociológicos e, ao mesmo tempo, histórico e social; empregando várias técnicas, e não

² A análise que arriscamos justifica-se por *Sobrados e Mucambos* ter sido publicado originalmente em 1936, mesmo ano em que Holanda publica *Raízes do Brasil*, permitindo-nos fazer um panorama do debate historiográfico da geração de 30.

apenas uma. Na tentativa de compreender e interpretar a sociedade patriarcal brasileira adentrou as fronteiras ecológica, sociológica, psicológica, antropológica e folclórica.

Em especial, destacamos as considerações deste autor sobre o diálogo entre história e psicologia. De acordo com Freire (2006: 680–681), necessita-se de uma história orientada pela psicologia para compreender o brasileiro, produto de séculos de Brasil, isto é, de interpenetração de influências culturais diversas, dentro de condições peculiares a determinado espaço geométrico e não apenas social. O que Gilberto Freire (2006: 680) chama de “sociologia da família” – são estudos que atribuem importância à casa, ao espaço privado e suas práticas sociais.

Gilberto Freire (2006: 740) sustenta a hipótese de que o patriarcalismo “urbanizou-se”, sua ideia perpassa pela compreensão de interações entre o privado e público que empreenderam a formação social do Brasil. O autor estabelece metáforas espaciais, para estabelecer as interações sugeridas acima:

Ao declínio do poder político do particular rico – poder de que fora sede cada casa-grande ou sobrado mais senhorial, mais importante ou mais nitidamente patriarcal em seus característicos – correspondeu o aumento de poder político público, encarnado por órgãos judiciais, policiais ou militares ou simplesmente burocráticos do governo monárquico e, depois, do republicano, não raras vezes instalados em antigas residências patriarcais [...]. Tal o caso do palácio do catete e o do Itamarati [...]. (FREYRE: 2006: 740)

Confirmando o interesse da geração para com poder patriarcal, Holanda (1995: 81) nos chama a atenção para o pátrio poder – o quadro familiar - organizado segundo as normas clássicas do direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica e exportadas para o Brasil na colonização. Para o autor, é poderosa a sombra patriarcal que persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. Nas palavras de Freyre (2006: 740), há “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. E mais: indica ressentimentos da geração ao afirmar que “um demônio perverso e pretensioso” (HOLANDA, 1995: 81–82) insiste em obscurecer nossos olhos para um mundo de essências mais íntimas e nos leva a organizar nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude comprovada.

Bresciani (1983: 8) afirma que o “pensamento totalitário investe o Estado na figura do criador da nação e dos seus componentes. Anterior à sua criatura, o Estado é o lugar onde a Nação enquanto projeto se põe inteiramente visível”. Em outras palavras, foi preciso, na visão de *Raízes do Brasil*, que as novas instituições fossem amparadas em princípios consagrados, e certas virtudes senhoriais foram transplantadas para o público. Assim, a família patriarcal fornece o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados.

O chefe que conduz a multidão nada mais é do que o prolongamento da autoridade paterna e a família o primeiro grupo e o mais importante dessa cadeia que ata o indivíduo ao coletivo nacional. (LENHARO, 1986: 46)

Para Holanda (1995: 86–87) o legado colonial com seu modelo patriarcal consagrado amparou as instituições republicanas. O autor versa que o processo de crescimento dos núcleos urbanos e o processo de absorção das populações rurais corresponderam a um desenvolvimento da já tradicional herança de dependência em que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios agrários.

Raízes do Brasil argumenta que na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções recentemente criadas eram recrutados entre os indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidades e tendência características dessa classe. Então, inspirados pela herança do privado, estes homens se veem diversos do que são e (re)criam no público novas preferências e repugnâncias. “É raro que sejam das boas”, lamenta o Sérgio Buarque de Holanda (1995: 188).

Consideramos que a tese apresentada indica dependência dos centros urbanos brasileiros com a ditadura dos domínios rurais, pois a regra, para o autor, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola. O movimento inverso que teria acontecido no Brasil justifica mais ressentimentos. A conclusão do autor é que “o predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as suas aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio” (HOLANDA, 1995: 92).

A hipótese lançada é que não foi a rigor uma civilização agrária a que os portugueses instauraram na colônia brasileira, foi, no entanto, uma civilização de raízes rurais. E a permanência da herança rural transportou para o público o tipo de organização familiar dos domínios rurais, sobretudo a respeito da autoridade dos proprietários de terra, do patriarca, aquele que nunca sofria réplica. “A alma coletiva traz a marca do seu complexo de Édipo”, alega Alcir Lenharo (1986: 46) e, mais, “nessa relação tipicamente patriarcal entre alma coletiva, que é filha, e o chefe, que é o pai, o chefe assume funções sacerdotais” (1986, : 46). Sobre a herança rural, Holanda (1995) dialoga com Freire (2006), ao indicar o poder simbólico do pátrio poder, através da descrição dos mobiliários produzidos nos engenhos:

Hoje mesmo, em certas regiões, particularmente no Nordeste, apontam-se, segundo o Sr. Gilberto Freire, as ‘cômodas, bancos, armários, que são obra de engenho, revelando-o não sei quê de rústico de sua consistência e no seu ar distintamente heráldico. (HOLANDA, 1995: 80)

Há desordem histórica social do Brasil na visão de Holanda (1995: 187–188), este é o problema a ser resolvido para que se (re)construa a nação. E os ressentimentos estão na consciência da falta, nas fraturas, nos vazios e transplantações no processo de formação nacional, conforme considera o autor:

É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atribuídos específicos de sua primitiva condição. (HOLANDA, 1995: 82)

E, por fim, identificamos os ressentimentos do presente vivido por estes intelectuais, componentes de uma geração que dialoga com o externo e, a partir dele, se volta para a essência, em busca de algo que represente o brasileiro, o mesmo tempo que instituições públicas são criadas, legislações avançadas e o domínio sacerdotal do Estado é instaurado. Os ressentimentos vão além dos traumas e fraturas da colônia. Estão presentes no interior dos grupos que dialogam a respeito da modernidade que se apresenta no horizonte. Os discursos em debate, no interior da intelectualidade desta geração, mostram-se ressentidos entre os iguais.

Considerações finais

Na verdade, a tentativa da geração dos anos 30 de examinar o problema da formação brasileira tinha mais de ensaística do que de sociológica, constituindo-se mais um esforço de introspecção coletiva do que de análise científica. Pois, essa *geração ressentida* vê-se devorada pelo problema que remete a (re)construção da identidade nacional. O problema do pertencimento. O problema da modernização. Ao não sentir-se representada, a geração de 30 percebe-se imersa numa memória indigesta: a herança colonial. A questão apresenta-se sensível às memórias que se avizinham de sentimentos de rancor passivo, alimentado, contudo, pelas certezas do saber cientificista da historiografia que advoga estes ensaios. Certamente, esta geração intelectual trabalhou estes afetos no intuito de construir identidades nacionais que atendessem ao problema levantado. Mas, talvez, não projetasse que estavam a construir identidades fortemente ressentidas.

Quem sabe, os ressentimentos contidos nos anos 30 apresentam papel fundamental na elaboração da ideologia de nacionalidade e na construção simbólica da nação, visto que os ressentimentos criam valores e antivalores. E *Raízes do Brasil* é extremamente violento na representação do passado que não passa. Em formas de metáforas, o autor reconstrói a má formação do Brasil. E seu argumento está nas elites cordiais – a metáfora do

“homem cordial” é decisiva para compreendermos o ensaio – pois, são as elites cordiais, resquícios da colônia, obstáculos na modernidade para a formação do espaço público.

Ainda, consideramos que *Raízes do Brasil* propõe uma revisão radical do próprio modernismo. Em concordância com Vecchi (2004: 465–466), pensamos que a obra em questão promove uma rearticulação projetual decisiva, pois percebe o problema da formação da nação brasileira como “um processo vivo de identificação conflituoso”. E fórmulas internacionais não encaixariam na problemática plural de nossa má formação e suas permanências.

Vecchi (2004: 466) observa que, ao contrário da faceta ressentida em práticas modernista que desejavam preencher o vazio “de uma arte, de uma literatura, de um pensamento, enfim, que traduza um anseio qualquer de construção”, percebemos que Holanda (1995) “verticaliza” a experiência modernista ao argumentar contra a ideia de expressão nacional afastada da terra e do povo. Propõe que nem sempre modernização está atrelada à modernidade, ou seja, nem sempre urbanização e revolução técnica produzem modernidade. O caso brasileiro demonstraria esta hipótese: a permanência da velha cordialidade expõe o passado que não passa.

BIBLIOGRAFIA:

ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia Regina (org.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 15–36.

BARROS, Márcia. História e Psicanálise – um diálogo possível. IN: SOUZA, Olga Maria Machado Carlos de; SOUBBOTNIK, Michel Alain (Org.). **Enlaces: psicanálise e conexões**. Vitória – Espírito Santo: GM Gráfica & Editora, 2008, p.67–80.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Comunicação à 35ª Reunião Anual da SBPC**. 1983, mimeo, p.8.

CANDIDO, Antônio. Post-Scriptum. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.12–24.

CHAUÍ, M. FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologias e Mobilização Popular**. Cedec/Paz e Terra, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala**. 46. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Cia das letras, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LENHARO, Alcir. Pátria como família. In: LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: papiros, 1986.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. 4. ed. - Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.
- TODOROV, Tzvezan. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, Roland; ECO, Umberto; TODOROV, Tzvetan. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. 3. ed. - Petrópolis: Vozes, 1973, p.209–253.
- VECCHI, Roberto. *A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia Regina (org.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p.457–469.